

O PAPEL DO PROFESSOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL: reflexão sobre sua prática pedagógica

DÉBORA AGUIAR BARBOSA DA SILVA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo:

A educação é um poderoso instrumento para o desenvolvimento de um mundo sustentável e a escola é um espaço para promover a consciência ambiental e contribuir para que se possa trabalhar as questões ambientais juntamente com as questões socioculturais. A sala de aula é o local de interação e formação de conhecimentos com os estudantes e onde se estimulam experiências e vivências construtoras de consciências mais críticas. A pesquisa tem como objetivo analisar a prática pedagógica em Educação Ambiental utilizada pelos professores do ensino fundamental em uma escola pública no município de Livramento de Nossa Senhora, no Estado da Bahia e como os alunos agem no seu dia a dia em relação ao meio ambiente. Trata-se de um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa e os participantes do estudo são os professores, os estudantes e a direção escolar. Para compreender como ocorrem estas práticas, foram aplicados roteiros de entrevistas semiestruturadas com os educadores e a direção e questionários de múltipla escolha para os estudantes. Percebe-se que a Educação Ambiental ainda carece de muitos trabalhos para ser realmente ofertada de maneira crítica e não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores. Portanto, a Educação Ambiental deve estar inserida em todos os espaços que educam os seres humanos, contribuindo com criatividade e esperança na busca de soluções para a problemática ambiental.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Prática pedagógica. Reflexões críticas.

3068

Abstract:

Education is a powerful tool for the development of a sustainable world, and schools are spaces to promote environmental awareness and contribute to addressing environmental issues alongside sociocultural ones. The classroom is where interaction and knowledge formation with students take place, stimulating experiences and constructive experiences for more critical consciousness. The research aims to analyze the pedagogical practice in Environmental Education used by elementary school teachers in a public school in the municipality of Livramento de Nossa Senhora, in the state of Bahia, and how students act in their daily lives regarding the environment. It is a case study with a qualitative-quantitative approach, and the participants in the study are teachers, students, and the school administration. To understand how these practices occur, semi-structured interview scripts were applied to educators and the administration, and multiple-choice questionnaires were given to students. It is evident that Environmental Education still lacks many efforts to be truly offered in a critical way and is not given through isolated activities but rather through a paradigm shift that requires continuous reflection and appropriation of values. Therefore, Environmental Education should be integrated into all spaces that educate human beings, contributing with creativity and hope in the search for solutions to environmental issues.

Keywords: Environmental Education. Pedagogical practice. Critical reflections.

Introdução

A educação é um poderoso instrumento para o desenvolvimento de um mundo sustentável e também uma das maiores preocupações mundiais. Portanto, uma educação com qualidade deve atingir a todos e sendo o dever do estado é um direito do cidadão, dessa forma, contribui para uma conscientização do ser humano frente às questões ambientais.

A Educação ambiental é um importante meio na busca de soluções frente aos problemas ambientais no mundo e pode sensibilizar os seres humanos quanto ao uso dos recursos naturais sem prejudicar o planeta.

A escola é um espaço para promover a consciência ambiental e contribui para que se possa trabalhar as questões ambientais juntamente com as questões socioculturais. As disciplinas são os instrumentos para aplicar os conhecimentos científicos de que a sociedade já dispõe e são colocados ao alcance dos alunos. A sala de aula é o local de interação e formação de conhecimentos com os estudantes e onde se estimulam experiências e vivências construtoras de consciências mais críticas.

A realização deste estudo surgiu de inquietações e questionamentos provocados pela disciplina Educação Ambiental no curso de Especialização em Gestão e Educação Ambiental. A perspectiva de reavaliar como as questões ambientais são tratadas no ensino, como possibilidade de formar indivíduos críticos para o melhor exercício da cidadania contribuiu para a execução da pesquisa monográfica de final do Curso.

A pesquisa tem como objetivo analisar a prática pedagógica em Educação Ambiental utilizada pelos professores do ensino fundamental em uma escola pública no município de Livramento de Nossa Senhora, no Estado da Bahia e como os alunos agem no seu dia a dia em relação ao meio ambiente.

Trata-se de um estudo de caso com abordagem quali-quantitativo. Os participantes da pesquisa são os professores, os estudantes e a direção escolar. Para compreender como ocorrem estas práticas, foram aplicados roteiros de entrevistas semiestruturadas com a direção e com 11 professores que lecionam as disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física e Agricultura. Os questionários de múltipla escolha foram aplicados com 50 estudantes, devidamente autorizados conforme documentos, termos de consentimento e assentamento livre e esclarecido.

A presente pesquisa foi organizada com os seguintes tópicos: levantamento bibliográfico sobre a Educação Ambiental; a evolução histórica da legislação ambiental; o Projeto Político e Pedagógico da escola; análise e apresentação dos dados sistematizados e avaliados dos resultados revelados.

A Educação Ambiental deve estar inserida em todos os espaços que educam os seres humanos, contribuindo com criatividade e esperança na busca de soluções para a problemática ambiental. Para Reigota (2006), de todos os espaços que educam o ser humano, a escola é considerada um local privilegiado para promover a Educação Ambiental, porque é retratada por todas as disciplinas. Cada disciplina tem uma contribuição a dar nas atividades ambientais.

Percebe-se que a Educação Ambiental ainda carece de muitos trabalhos para ser realmente ofertada de maneira crítica e não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores.

Portanto, foi possível verificar que a educação ambiental não se dá por atividades pontuais, mas por toda uma mudança de paradigmas que exige uma contínua reflexão e apropriação dos valores.

Educação ambiental

Os seres humanos fazem parte da natureza e sempre dependeram dela para garantir a sua sobrevivência. Além disso, entre os representantes de todas as espécies, eles são os únicos com capacidade de modificá-la e, por conta disso, é necessário uma reordenação de valores na relação com o Meio Ambiente. Para (Reigota, 2006), da relação existente entre a sociedade humana e a natureza ao longo do tempo, surge a questão ambiental. O autor define meio ambiente como:

Um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (Reigota, 2006, p. 21).

Diante disso, é importante conhecer as definições existentes sobre a educação ambiental, sabido que existem muitas a seu respeito. Para Carvalho:

A EA é uma proposta educativa que nasce em um momento histórico de alta complexidade. Faz parte de uma tentativa de responder aos sinais de falência de todo um modo de vida, o qual já não sustenta as promessas de felicidade, afluência, progresso e desenvolvimento[...] (Carvalho, 2004, p.56).

A autora supracitada afirma que a Educação Ambiental (EA) surgiu a partir de uma crise e de várias tentativas de responder a um modo de vida. Para Marcatto (2002), é preciso atrelar conceito de Educação Ambiental a nossa própria vida e das relações com todos os seres vivos. Assim:

Falar de educação ambiental é falar da própria vida e de seus relacionamentos com paradigmas que incluem respeito e reverência por todos os seres da Terra. É levantar questões, refletir sobre causas e efeitos, buscar soluções, encorajar participação, fortalecer indivíduos e grupos para que cada um se sinta apto, motivado e responsável a tornar esse um mundo melhor (Marcatto, 2002, p. 4).

De modo geral, as definições apresentam como ponto comum a necessidade de uma abordagem holística dos problemas ambientais. A educação ambiental engloba questões sociais, políticas, éticas, científicas, econômicas, culturais, entre outras, propiciando ao ser humano a aquisição de conhecimento e desenvolvimento de valores em prol da preservação e equilíbrio ambiental. No artigo 1º da lei 9.795, de abril de 1999, entende-se por:

Educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

A questão ambiental está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, pois todos têm sido afetados pelos problemas, em particular, os setores mais carentes da população. A crise ambiental pode ser vista como uma crise de valores e premissas da cultura ocidental, capitalista e de consumismo descabido, que torna insustentável nossa sobrevivência com o atual sistema de valores.

Mas como enfrentar esses problemas? No tempo em que a informação assume um papel significativo, as novas tecnologias (internet, televisão, etc.) e a escola representam uma possibilidade de sensibilizar as pessoas para transformar e formular ações na defesa da qualidade de vida. Nessa busca e necessidade de desenvolver atitudes e comportamentos em consonância com seu ambiente é que a educação exerce um papel de destaque no intuito de uma formação integral do ser humano.

Evolução histórica da legislação ambiental

A preocupação oficial com a necessidade de um trabalho educativo visando as questões ambientais surgiu em 1972, com a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo. A partir dessa Conferência surgiu a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, com a convicção de que tanto as gerações presentes como as futuras, tenham reconhecido, como direito

fundamental, a vida em um ambiente sadio e não degradado. O princípio nº 19 desta Conferência ressalta que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais dirigido tanto às gerações jovens como aos adultos, e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiada, para ampliar as bases de uma opinião bem informada e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e da coletividade, inspirada no sentido de sua responsabilidade quanto à proteção e melhoramento do meio em toda sua dimensão humana (Watanabe, 2011, p. 51).

Ainda como resultado da Conferência de Estocolmo, deve-se ressaltar também a preocupação da Educação Ambiental com um enfoque interdisciplinar, com caráter escolar e extraescolar, como destaca uma das recomendações do Plano de Ação:

Que a Educação Ambiental tenha um enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar, que envolva todos os níveis de ensino e se dirija ao público em geral, com vistas a ensinar-lhes as medidas simples que, dentro de suas possibilidades, possam tomar para ordenar e controlar seu meio (Leite; Mininni, 2001, p. 20).

Em 1977 ocorreu uma das mais importantes Conferências que contribuiu para a evolução da Educação Ambiental no mundo: a Conferência de Tbilisi, na Geórgia, organizada pela UNESCO. Nesta Conferência foi criado um documento no qual se definiram os objetivos, as características e estratégias para a Educação Ambiental. A Declaração aprovada nessa Conferência enfatiza que a Educação Ambiental deva:

possibilitar a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao meio ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável (Marcatto, 2002, p.18).

Por volta da década de 1980 ocorreu a publicação do primeiro documento oficial brasileiro sobre a Educação Ambiental, intitulada como Projeto de informações sobre Educação Ambiental, surgindo a lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Em meados de 1985, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) dispõe o parecer 819/85, reforçando a necessidade de inclusão de conteúdos ecológicos ao Ensino Fundamental e Médio integrados a todas as áreas de conhecimento. Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente.

Entretanto, na realidade pouco se vê a sua concretização e incorporação ao currículo escolar, principalmente numa visão interdisciplinar, embora de acordo o Art. 225, inciso VI, seja determinado ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988, cap.VI, art. 225, inc. VI).

Na Conferência Internacional sobre O Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no ano de 1992, no Rio de Janeiro, após 20 anos da Conferência de Estocolmo realizada em 1972, abordou-se temas ambientais em nível global, reafirmando e reconhecendo a Declaração de Estocolmo. Nessa Conferência, 179 países firmaram o compromisso de promover, em escala planetária, o Desenvolvimento Sustentável, criando assim a Agenda 21, como planejamento e estratégias para um novo estilo de desenvolvimento.

A partir de 1997, o MEC propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), atendendo às solicitações dos Estados. Os PCNs incorporam Temas Transversais como Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual. A intenção foi trazer novas possibilidades pedagógicas voltadas à cidadania, levando em conta o papel do Educador como mediador. Assim, Educação Ambiental passa a ser tratada num sentido de transversalidade, numa perspectiva inter e multidisciplinar, sendo analisada por todas as disciplinas com o objetivo de desenvolver a percepção, o raciocínio e a criticidade do ser humano a partir da sua realidade. De acordo com os PCNs:

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). É a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade (Brasil, 1997, p. 30).

No ano de 1999, é regulamentada a Lei nº 9.795, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta lei propõe a interdisciplinaridade e torna a Educação Ambiental uma prática obrigatória em todos os níveis de ensino do Brasil, reafirmando, assim, o artigo 225, Parágrafo 1º, Capítulo VI, da Constituição Federal. Nessa lei não existe nenhum tipo de orientação para a aplicação e viabilização da Educação Ambiental nas escolas, impondo às instituições criarem seus próprios meios para efetuar-la.

A partir do século XXI, após quatro décadas das primeiras preocupações com as questões ambientais, observa-se que defender o Meio Ambiente é uma luta árdua, mas necessária e deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as

diversas formas de conhecimento para formar cidadãos com consciência local e, principalmente, planetária.

Ao analisara legislação ambiental vigente, observa-se que ela é gigantesca e a produção legislativa está profusa e diversificada. Entretanto, esse exercício legislativo, ainda que trate de matéria ambiental não significa necessariamente que estejamos mais próximos do equilíbrio entre a sociedade e o Meio Ambiente. Infelizmente, muitas dessas leis nem sempre chegam a vigorar para a maioria da população, sobretudo para os que mais necessitam de uma justiça ambiental e social. Enfim, é muito mais amplo do que imaginamos, as leis são resultados de disputas entre diferentes visões da sociedade e de ambiente e para ter um resultado satisfatório a todas as formas de vida do planeta, devem ser empregadas de forma consciente.

O Projeto Político Pedagógico em uma escola pública no município de Livramento de Nossa Senhora, no Estado da Bahia

A palavra projeto significa o que lança à frente ideias a serem transformadas em ações. Gadotti (2001) dá a ideia de movimento, de mudança. Para Veiga (2001, p. 12), o termo projeto “vem do latim projectu, participio passado do verbo projecere que significa lançar para diante.”

O centro do trabalho docente é a aprendizagem, além de ser um processo complexo, está ligado às exigências sociais e à experiência de vida dos alunos. Nessa perspectiva, os profissionais da educação, alunos e a comunidade, veem-se diante da possibilidade real de construir democrática e coletivamente o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Sendo assim, utilizando-se o significado da palavra projeto, dando um enfoque pedagógico, entende-se que o projeto pedagógico é:

um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (Vasconcellos, 1995, p. 143).

Ao analisar o PPP da Escola levou-se em consideração alguns aspectos como: a apresentação do projeto, contendo comentários sobre a sua elaboração, as ideias centrais, os objetivos de sua elaboração; a fundamentação teórica; concepção de currículo a ser trabalhado e os possíveis planos de atividades, e, em especial, avaliar se existe a inserção da Educação Ambiental no desenvolvimento do projeto.

Na sua apresentação, a escola propôs que o PPP seja um documento que venha a discutir e aprofundar assuntos relacionados ao processo ensino-aprendizagem, mostrando a realidade educacional, dizendo que este documento não está pronto e acabado, mas em permanente avaliação e/ou reformulação. Pensando na questão referente à palavra “documento”, na sua justificativa, vem contrapor, dizendo que o PPP não deve transformar-se num documento, pois é uma parte da escola e uma proposta ‘real’ para continuar melhorando e aprendendo. Percebe-se que há, talvez, uma dúvida em dizer se o PPP é um documento ou apenas uma proposta.

Entretanto, o PPP é um documento que vai além de planos e atividades, que não deve servir apenas como enfeite em cima da mesa da direção, ele indica os caminhos que a escola irá traçar com a participação de toda comunidade. Melhor dizendo, o PPP é um documento com propostas, análises e debates sobre que escola, que aluno e que sociedade se pretende construir.

No PPP, diz-se que a escola confere uma especial atenção à pesquisa, mas não informa como e que tipo de pesquisa é proposto na escola. Cita-se, de forma ampla, a origem humilde dos discentes, apontando uma preocupação com o que ensinar, já que eles encontram uma dificuldade para realizar o seu projeto de vida, mas não se propõe nada para resolver a situação.

O PPP deve ser elaborado de forma colaborativa por toda comunidade escolar envolvendo os educadores, funcionários, estudantes e os pais e tem que desenvolver diagnóstico interno considerando as informações sobre o contexto atual. Assim, foram definidos alguns objetivos como: entender que os alunos provenientes de classes populares são sujeitos concretos que têm uma rica experiência e possibilidade de diferentes saberes; dinamizar os conteúdos curriculares; elevar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e aumentar o desempenho acadêmico.

Quanto às metas, que são os desdobramentos dos objetivos que indicam os resultados esperados, citaram: organizar um sistema de acompanhamento efetivo das práticas pedagógicas; utilizar em 100% os recursos tecnológicos; promover redução do índice de reprovação; promover reuniões; desenvolver o projeto de integração escola-pais-comunidade e incentivar a participação da Comunidade nos eventos escolares.

Nas ações, ou seja, a descrição do que será feito para solucionar os problemas, é citado: a realização de um programa de atendimento para ajustar o ritmo de instrução dos alunos e a elaboração dos projetos; laboratório de Informática; olimpíadas e cinema na escola. Entretanto, não foram buscadas ações específicas para cada problema detectado, e quanto aos projetos, não é citado em nenhum momento se há uma preocupação em trabalhar o tema transversal Meio Ambiente.

Em relação à proposta curricular da escola, analisando a Educação Ambiental de forma transdisciplinar, considera-se importante discutir o que é a transdisciplinaridade, entendida hoje muito mais como um desejo do que como uma realidade.

A transdisciplinaridade busca a integração entre as disciplinas do núcleo comum em torno de um objeto a ser estudado, colocando-o em destaque e levando em consideração a racionalidade do aluno, a sua forma de pensar e entender o mundo. Sendo assim, o Meio Ambiente como tema transversal, deve estar integrado às disciplinas. Entretanto, apenas três disciplinas (Português, Geografia e Ciências) citam a importância de trabalhar o tema transversal Meio Ambiente, mas não dizem se é trabalhado separadamente ou de forma transdisciplinar.

Dando um enfoque maior ao tema, apenas as disciplinas Geografia e Ciências explicitam a importância de propiciar aos alunos a compreensão de analisar, pensar e intervir no meio, de forma a valorizar o meio ambiente, do qual o homem faz parte, extraindo dessa percepção ferramentas necessárias para a compreensão global e local das transformações socioambientais.

A questão ambiental sempre recai sobre as disciplinas Geografia e Ciências por alguns educadores acreditarem que faz parte da base curricular das disciplinas. No entanto, a questão ambiental vai além de ser um conteúdo, é um tema social contemporâneo, sob o título de tema transversal, ou seja, um tema de urgência no país e no mundo, indicado como uma questão geradora da realidade social e que, portanto, necessita ser problematizado, criticado e refletido por todas as pessoas e por todas as disciplinas.

Diante disso, como o PPP é um documento adaptável, será utilizado pelas escolas como forma de guiar as suas atividades. Sugere-se que o tema Meio Ambiente, bem como os demais temas transversais, seja integrado à proposta político-pedagógica da instituição, sendo abordado nos programas das disciplinas, ou seja, trabalhado por todos os componentes curriculares e também de forma transdisciplinar.

Análise e apresentação dos dados

A escola pesquisada localiza-se na cidade de Livramento de Nossa Senhora, no Estado da Bahia, a 720 km da Capital Salvador. Possui 19 professores, com um total de 628 alunos, sendo 219 da zona rural e 409 da zona urbana. A escolha da escola justifica-se porque ela está inserida numa área que possui uma relevância ambiental, por ser cercada de cachoeiras, serras, em especial, a das “Almas”, e por ter como atividade econômica principal a agricultura. Além

disso, a escola é o local, dentre outros, onde se adquire, se transmite e se reproduz conhecimentos, onde se socializa experiências, onde professores e alunos vivem em constantes trocas, contribuem no desenvolvimento e na concepção de atuações e posturas dos cidadãos, para atuarem na sua realidade e solucionar os problemas ambientais.

Segundo a Direção, a escola desenvolveu alguns projetos ambientais, como “Sou mais nós: um por todos, todos por todos (14 ações que podem melhorar o mundo para o mundo)” e “Ética e cidadania com a oficina Meio Ambiente e Cidadania”, que contou com a participação de todos os professores. Quanto ao envolvimento e à participação dos alunos, a Diretora diz que é “positiva, contamos com a participação ativa e efetiva, além de sempre estar chamando atenção à participação dos alunos desligados para a interação nos projetos”. Questionada em relação aos professores quanto ao incentivo e às principais dificuldades encontradas, diz que a escola sempre procurou apoiá-los, dando o suporte possível e disponível, mas enfrentam dificuldades em relação ao tempo para preparar as atividades, devido à intensa jornada de trabalho.

Sobre os professores entrevistados, alguns não possuem um conceito claro de meio ambiente, dizendo que é “Natureza e o local onde se vive e retiram os recursos para a humanidade” (Entrevistado A). Mas, questionados a respeito do que entendem por educação ambiental, as respostas apontaram alguns objetivos mais recorrentes, como a preservação do meio ambiente e a formação de cidadãos conscientes.

Um dos professores assim se expressa: “Educação ambiental é se inteirar, conscientizar da necessidade de preservar o meio em que se vive” (Entrevistado B). Um outro afirma que: “Educação ambiental é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade local e global” (Entrevistado C). Contudo, essas questões podem ter várias interpretações, como a de preservar de modo isolado ou preservacionista, ou a valorização de todas as formas de vida.

Dos professores entrevistados, apenas um diz que não trabalha com a educação ambiental e os outros professores reconhecem que não trabalham de maneira como deveriam ou gostariam, apontando diversas dificuldades para desenvolver uma prática de ensino de educação ambiental na escola. Um dos professores aponta que uma das dificuldades é “a falta de uma coordenação pedagógica e também de projetos interdisciplinares que incluam esse tema com mais ênfase diante da realidade de que estamos vivenciando” (Entrevistado D). Um outro

afirma que uma das dificuldades seria “a falta do enquadramento da disciplina em questão na unidade escolar” (Entrevistado E).

Os professores entrevistados foram questionados se a Educação Ambiental deve ser uma disciplina do currículo escolar. Apenas um professor não concorda com esse tipo de solução dizendo que: “não precisa fazer parte do currículo para estudar se já faz parte dos temas transversais. É preciso consciência de cada professor para trabalhar esse tema dentre dos conteúdos estudados” (Entrevistado F).

Em relação à metodologia, as práticas pedagógicas vão da forma tradicional de transmissão de conteúdos a debates, textos complementares, ações práticas para minimizar os impactos ambientais, entre outros. Um dos professores que trabalha com a disciplina Matemática, se expressa:

Inicialmente gosto de partir de uma reportagem ou documentário que estão em evidência nos meios de comunicação local, regional ou municipal. Com o tema em mãos, faço o planejamento das aulas e a sua execução, que parte do pressuposto de pesquisas. Com seus dados construímos gráficos, tabelas efetuamos cálculos, projeções, etc. Finalizo com debates e exposição dos trabalhos (Entrevistado G).

Conforme o exposto, percebe-se que há indícios quanto à necessidade de referenciais teóricos e cursos específicos sobre educação ambiental para os professores, pois apenas um deles recebeu, há dez anos, um curso fornecido pela Secretaria de Educação SEC. “Há aproximadamente dez anos atrás, fornecido pela SEC. Foi um curso sobre Turismo Ecológico sustentável em nossa região no qual abordava a necessidade e importância da educação ambiental. A sua duração foi de 40 horas” (Entrevistado H). Outro professor assim se expressa:

Já estou em processo de aposentadoria, trabalho na educação há exatamente 27 anos e não vou parar por aí, mas nunca recebi um curso específico sobre educação ambiental, mas como trabalho com Geografia e Agricultura sempre estou relatando sobre esse tema na sala de aula, pois busco por conta própria através de leitura de jornais, revistas e documentários me informar sobre o tema (Entrevistado I).

A importância de uma formação continuada faz do professor um ser capaz de interpretar, conceituar e se posicionar em relação ao que seja a educação ambiental, a função da escola e da realidade social:

Para lidar com a problemática socioambiental, os professores devem aprender a interpretar, a diagnosticar problemas reais de âmbito local em suas múltiplas e diversas implicações (sociais, econômicas, políticas, ecológicas). Para tanto deverão adquirir conhecimentos acadêmicos (ou científicos), articula-los com os conhecimentos pedagógicos (didáticos e psicológicos, por exemplo) para que

constituam conhecimentos pedagógicos a fim de permitir que os alunos possam também compreender a problemática socioambiental [...] (Leme, 2006, p. 131).

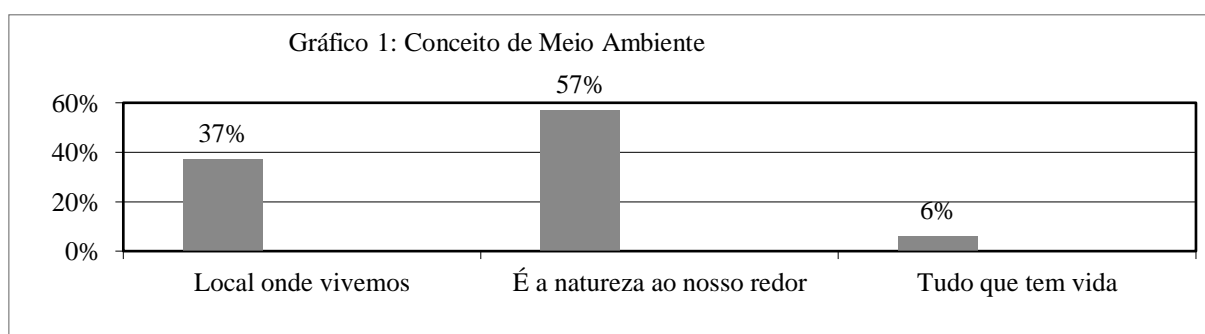
Os professores apontaram as percepções dos alunos acerca da questão ambiental “Vejo que todos ficam interessados e curiosos, mas também percebo, como já acontece nos adultos, uma transferência de responsabilidade para o outro, pois qualquer questão sobre o tema parte de mudanças de atitudes nossas e não do vizinho” (Entrevistado J).

É importante salientar que a educação desempenha uma função importante na formação de uma postura ambiental, pois possibilita momentos de reflexão sobre a realidade, podendo criar espaços para cada pessoa assumir a sua responsabilidade, conforme aponta um professor:

Atualmente vejo a aprendizagem defasada em quase todas as áreas de estudo. Penso que as escolas não estão conseguindo atrair seus educandos, ainda estou buscando uma fórmula de conquistar esse exército de jovens para a educação no sentido amplo da palavra. Mas com relação ao tema ambiental sinto que eles têm interesse, mas pouca ação, preferem sempre esperar acontecer para ver e isso tem me incomodado muito (Entrevistado K).

A fim de compreender o que os alunos entendem por meio ambiente, as respostas não foram tão variadas. O significado do termo meio ambiente é interpretado para a maior parte dos alunos (57%) como a natureza ao nosso redor, o que identifica uma visão preservacionista e naturalista (Gráfico 1).

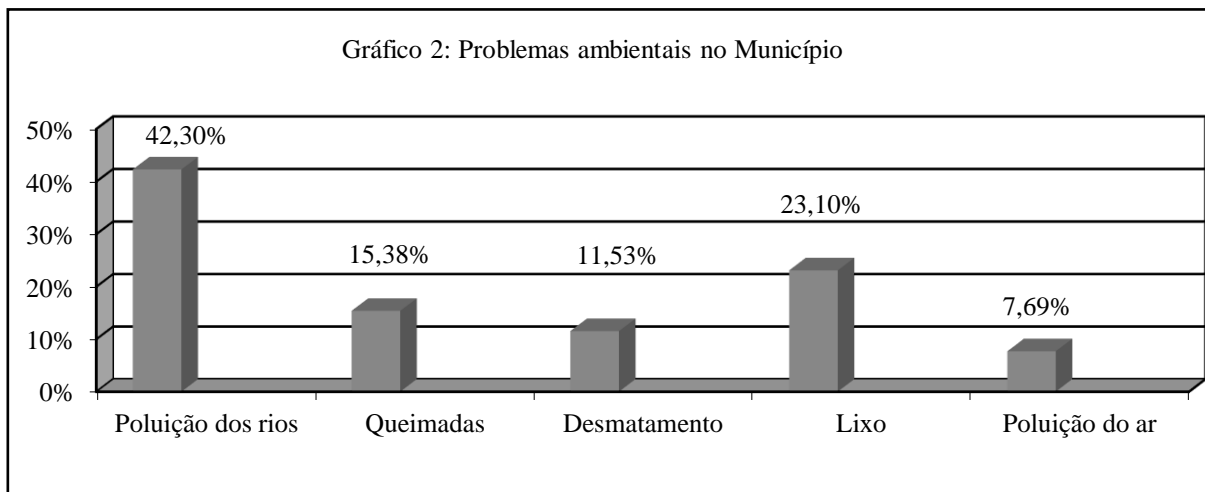
3079



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

É importante salientar que os seres humanos fazem parte da natureza e há uma interdependência de todos com todos e com a natureza, pois o homem depende dela para garantir a sua sobrevivência. Quanto aos problemas ambientais no município, a poluição dos rios (42,30%), de acordo o gráfico 2, é considerada um problema ambiental local, principalmente, a do Rio Brumado que passa nas proximidades do município, sendo

considerado um depósito de esgoto, contaminado pelos agrotóxicos que são usados nas plantações de manga e maracujá. Não há uma solução milagrosa para esses problemas.

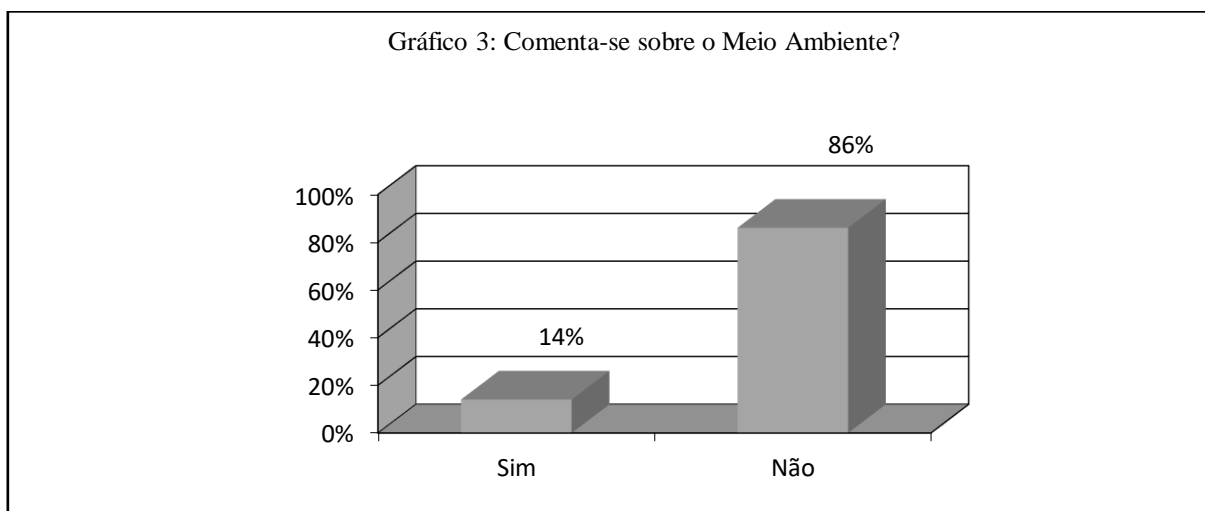


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Todavia, é provável que os problemas ambientais apontados pelos estudantes pudessem ser minimizados se houvesse uma conscientização desses problemas pelos seres humanos:

Diante dos riscos ambientais, faz-se necessário o envolvimento da população nos processos de decisão, nas escolhas de novos estilos de vida e na construção de futuros possíveis, tendo em vista a sustentabilidade ecológica e a equidade social (Leme, 2006, p. 98).

Para uma melhor avaliação, foi perguntado aos alunos se a escola comenta sobre o meio ambiente, conforme o gráfico 3.

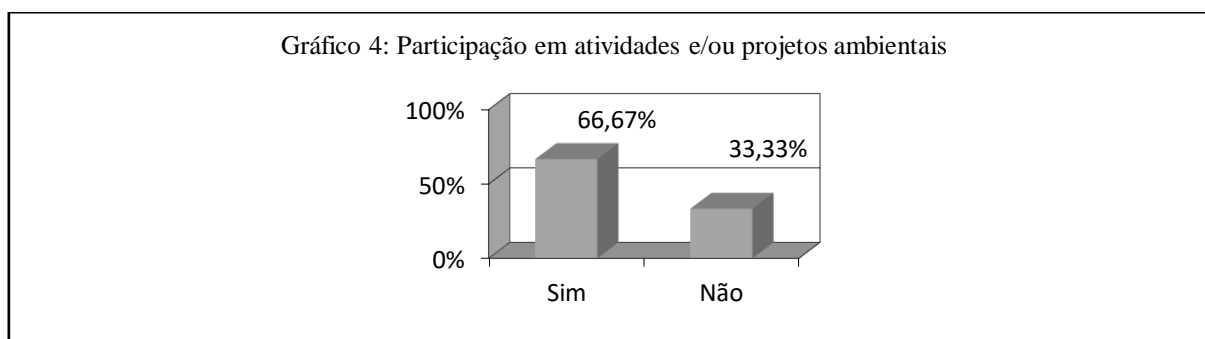


Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O gráfico demonstra que o tema meio ambiente é pouco comentado na escola. Nesse contexto que reafirma-se que o meio ambiente é um tema transversal incorporado aos PCNs e que deve ser retratado por todas as áreas, nas dimensões cultural, histórica, política, socioeconômica e contextualizado com a realidade dos alunos:

Os PCNs propõem uma mudança de enfoque em relação aos conteúdos curriculares: em vez de um ensino em que o conteúdo seja visto como fim em si mesmo, o que se propõe é um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos (Brasil, 1997, p.31).

Na pesquisa constata-se que 66,67% dos alunos não participam de atividades ou projetos relacionados ao tema “meio ambiente” dentro da instituição escolar.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Percebe-se que um número razoável de pessoas tem se manifestado ou participa de algum trabalho sobre o tema, porém a grande maioria ainda não atinou para a relevância ambiental e que o número de degradações ambientais tem aumentado nos últimos tempos:

A participação é um instrumento de cidadania. Mobilizar e sensibilizar as pessoas para que transformem as diversas formas de participação em defesa da qualidade de vida nada mais é que uma educação para a cidadania ou uma EA com um caráter transformativo (Jacobi, 1998, p.11).

A tomada de consciência por parte das pessoas é o primeiro passo para a mudança de comportamento na preservação do meio ambiente. É notório a necessidade da realização de atividades de sala de aula e de campo, com ações orientadas em projetos e em processos de participação que levem à autoconfiança, às atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental de modo interdisciplinar.

Considerações

Implementar a educação ambiental nas escolas tem se mostrado uma tarefa difícil. Infelizmente são poucas as disciplinas e professores que contemplam a temática ambiental, o que contribui para o não interesse ou pouco conhecimento por parte dos alunos sobre a questão ambiental, uma vez que eles possuem pouco espaço para discussão acerca do tema.

Se a educação ambiental se tornar uma disciplina isolada, diminuirá o tempo gasto com esta preocupação e os professores de algumas áreas que pouco discutem o tema como transversal não se envolverão e nunca estarão preparados para discutir e debater o tema.

É necessário que os educadores estudem a temática ambiental, buscando alternativas teórico-metodológicas, por meio de cursos, incentivados nas diversas instâncias (Federal, Estadual e Municipal) para construir uma reflexão crítica e aprofundada deste tema emergente, complexo e, ao mesmo tempo, importante para a educação.

Desse modo, demonstrariam um interesse em refletir sobre suas práticas pedagógicas e assim poderiam cumprir a sua função de serem agentes de transformação, fazendo com que o aluno domine o conhecimento socioambiental e passe a incorporá-lo na sua vida cotidiana.

Baseando-se nas análises e interpretações dos resultados, recomenda-se a todos os segmentos da educação:

- Inserir a questão ambiental como tema transversal, sendo debatido por todas as áreas;
- Formação continuada dos professores em diversos temas, incluindo a temática ambiental;
- Incentivar a participação dos alunos em atividades relacionadas ao tema;
- Incentivar os alunos a serem sujeitos da história e não apenas objeto desta história, discutindo, debatendo e colaborando nos trabalhos, projetos e pesquisas para, assim, darem o primeiro passo para a mudança de comportamento e atitude na preservação do meio ambiente.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL Ministério da Educação e do Desporto, **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá

outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, **Lei nº. 6938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 7 abr. 2024.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 2001.

JACOBI, P. Educação ambiental e cidadania. IN: SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. **Educação Ambiental, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: Secretaria Estadual do Meio Ambiente, 1998.

LEITE, A. L. A.; MININNI, N. **Educação ambiental II**: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, histórias, problemas e alternativas. 2. ed. Brasília: MMA, 2001.

LEME, T. N. **Os conhecimentos práticos dos professores**: (re) abrindo caminhos para a educação ambiental na escola. São Paulo: Annablume, 2006.

MARCATTO, C. **Educação ambiental**: Conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento**: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo. São Paulo, Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico**: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 16 ed. Campinas: Papyrus, 2001.

WATANABE, C.B. **Fundamentos teóricos e prática da Educação Ambiental**. E-Tec Brasil. Paraná: IFParaná, 2011.

Autor 1:



DEBORA AGUIAR BARBOSA DA SILVA

Mestranda em Geografia pela (UESB). Graduada em Geografia pela (UESB), em Filosofia pela (FACIIP) e Especialista em Gestão e Educação Ambiental pela Faculdade da Cidade do Salvador. É professora da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Email: deboraluar31@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0680205608956586>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7606-611X>